

## **1. Informações sobre a Companhia**

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, Rua Senador Pompeu nº 1.520 e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 21 de outubro de 2011.

## **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias**

As demonstrações financeiras intermediárias para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 9 de novembro de 2016.

## **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações trimestrais foram aplicadas de maneira consistente com aquelas divulgadas na mesma nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	30.856	29.063
Aplicações financeiras de curto prazo	348.689	267.681
CDB	105.488	-
Debêntures compromissadas	235.138	-
Outros	8.063	-
Total	379.545	296.744

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem à operações realizadas junto às instituições financeiras nacionais de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), com percentuais que variam de 92,0% a 102,3% (92,0% a 102,7% em 31 de dezembro de 2015) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, sendo ativos financeiros de liquidez imediata. Estas operações possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia possui registrado em caixa e equivalentes o montante de R\$17.959 (R\$19.562 em 31 de dezembro de 2015) referente a recursos recebidos na atividade de correspondente bancário. A Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores em sua rede de farmácias e repassa ao titular do direito a cada três dias, em média. A obrigação de repasse está registrada no passivo circulante na linha de Arrecadação de recursos de terceiros em igual valor.

#### 5. Contas a receber de clientes

	30/09/2016	31/12/2015
Cartões de crédito a receber	398.958	308.818
Convênios a receber	26.529	28.465
Comissões a receber	1.063	1.732
Ajuste a valor presente (a)	(8.437)	-
Total	418.113	339.015

(a) Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média, atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), o que corresponde a 14,13% a.a., considerando um prazo médio de recebimento entre 48 e 54 dias para cálculo e registro do ajuste a valor presente.

## 5. Contas a receber de clientes--Continuação

A seguir estão demonstrados os saldos de cartões de crédito e convênios a receber de clientes por idade de vencimento:

	<u>30/09/2016</u>
A vencer	<b>420.663</b>
Vencidos	
1 a 30 dias	<b>831</b>
31 a 60 dias	<b>19</b>
61 a 90 dias	<b>82</b>
Acima de 90 dias	<b>4.955</b>
	<u><b>426.550</b></u>

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. A Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável pela imaterialidade do valor, bem como por existir histórico de recuperabilidade do saldo mesmo após vencimento acima de 90 dias.

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia, os detalhes encontram-se divulgados nas Notas Explicativas nºs 14 e 15.

## 6. Estoques

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Mercadorias de revenda nas lojas	<b>667.311</b>	638.893
Mercadorias de revenda nos centros de distribuição	<b>501.438</b>	414.707
Materiais para uso e consumo	<b>4.841</b>	3.722
Ajuste a valor presente (a)	<b>(40.842)</b>	-
Provisão para perdas nos estoques	<b>(7.883)</b>	-
	<u><b>1.124.865</b></u>	<u>1.057.322</u>

(a) A Companhia calculou o Ajuste a Valor Presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no período findo em 30 de setembro de 2016 e exercício de 2015, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa média anual de 14,25% a.a. O efeito do AVP do saldo de fornecedores foi de R\$ 32.142 em 31 de dezembro de 2015, apresentado líquido no saldo de estoques à época.

## 6. Estoques--Continuação

O valor da provisão para perdas nos estoques foi mensurado considerando o giro dos estoques superiores a 360 dias. O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Custo das mercadorias vendidas”.

Para o período findo em 30 de setembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro 2015 não havia estoques dados como penhor de garantias a passivos.

## 7. Impostos e contribuições a recuperar

	30/09/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	536	5.082	1.964	4.075
IRPJ e CSLL (b)	10.379	-	16.873	-
PIS e COFINS (c)	34.734	-	27.221	-
IRRF (d)	6.626	238	16.053	216
Outros	1	93	9	84
Total	52.276	5.413	62.120	4.375

- (a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Companhia, localizada no Estado do Ceará.
- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.
- (d) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): são créditos de imposto de renda retido dos rendimentos das aplicações financeiras e dos valores recebidos pelas liquidações das parcelas dos *swaps* quando há ganho na apuração entre a ponta ativa e sua ponta passiva.

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

### Abertura dos créditos fiscais diferidos

	30/09/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal (b)	60.978	79.547
Diferenças temporárias	(13.693)	939
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC	-	(91.973)
Total	47.285	(11.487)

### Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo	200.801	125.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo	(153.516)	(136.744)
Efeito líquido	47.285	(11.487)

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- a) Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	30/09/2016	30/09/2015
(Prejuízo)/lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	44.993	113.646
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]</b>	<b>15.298</b>	<b>38.640</b>
<b>Adições permanentes: [E]</b>	<b>51.960</b>	<b>22.817</b>
Efeito caixa pela liquidação dos <i>swaps</i> (Lei nº 11.951/04)	40.919	22.817
Custo das opções outorgadas	4.190	-
Outras adições permanentes	6.851	-
<b>Exclusões permanentes: [F]</b>	<b>144.676</b>	<b>57.353</b>
Efeito caixa pela liquidação dos <i>swaps</i> (Lei nº 11.951/04)	6.925	1.815
ICMS sobre operações interestaduais	65.145	55.112
Custo com emissões de ações primárias	11.391	-
Equivalência patrimonial	671	-
Juros sobre capital próprio	43.613	-
Outras exclusões permanentes	16.931	426
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do período após adições/exclusões [C] + ([E] - [F])*34% = [G]</b>	<b>(16.226)</b>	<b>26.898</b>
Alíquota efetiva [G]/[A]	<b>(36,06%)</b>	23,67%

- b) Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa (CSLL)

A movimentação dos saldos existentes entre 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 pode assim ser demonstrada:

	IRPJ e CSLL
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>11.475</b>
Constituição de prejuízo fiscal	68.072
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>79.547</b>
(Compensação) de prejuízo fiscal	(18.569)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>60.978</b>

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

### c) Composição dos tributos diferidos

	Saldo em 31/12/2014	Reconhecido no resultado	Compensação (*)	Saldo em 31/12/2015	Reconheci do no resultado	Saldo em 30/09/2016
Custo atribuído	(66)	47	-	(19)	19	-
Capitalização dos juros	(3.275)	(400)	-	(3.675)	(797)	(4.472)
Ajuste a valor de mercado dos swaps	(12.822)	(69.977)	-	82.799	64.033	(18.766)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>hedge accounting</i>	-	(2.296)	-	(2.296)	3.037	741
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.475	71.482	(3.410)	79.547	(18.569)	60.978
Outras provisões	1.089	(3.334)	-	(2.245)	11.049	8.804
<b>Total</b>	<b>(3.599)</b>	<b>(4.478)</b>	<b>(3.410)</b>	<b>(11.487)</b>	<b>58.772</b>	<b>47.285</b>

(\*) Refere-se a valor compensado com dívida consolidada no Refis regido pela Lei nº 12.996/2014.

### d) Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos

	Saldo ativo	Saldo passivo	Saldo em 30/09/2016
Capitalização dos juros	-	(4.472)	(4.472)
Ajuste a valor de mercado dos swaps	127.512	(146.278)	(18.766)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>hedge accounting</i>	741	-	741
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	60.978	-	60.978
Outras provisões	11.570	(2.766)	8.804
<b>Total</b>	<b>200.801</b>	<b>(153.516)</b>	<b>47.285</b>

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

### e) Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

<b>Anos</b>	<b>30/09/2016</b>
	<b>R\$</b>
2017	<b>10.387</b>
2018	<b>12.969</b>
2019	<b>20.075</b>
2020	<b>17.547</b>
Total	<b>60.978</b>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.



## 9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram os respectivos resultados dos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

		30/09/2016			31/12/2015	
Partes relacionadas	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
<b>Outros créditos</b>						
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (c)	Serviços de corretagem	-	-	23	1	-
<b>Fornecedores</b>						
Biomatika Ind. e Com. de Produtos Naturais S.A. (f)	Fornecimento de mercadorias	-	761	(7.361)	-	1.652
ePharma PBM do Brasil S.A. (e)	Gerenciamento de programas de benefícios	6.316	193	(1.935)	11.152	153
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (g)	Transporte rodoviário de mercadorias	1.573	3.792	(57.932)	462	3.171
<b>Arrecadação de recursos de terceiros</b>						
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (d)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	252	(6.126)	-	262
<b>Aluguel</b>						
Renda Participações S.A. (a)	Arrendamento de imóveis	-	141	(4.355)	-	104
Dupar Participações S.A. (b)	Arrendamento de imóveis	-	8.141	(54.265)	-	7.997
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio</b>						
Acionistas	JSCP	-	-	(43.613)	-	3.967
<b>Total</b>		<b>7.889</b>	<b>13.280</b>	<b>175.564</b>	<b>11.615</b>	<b>17.306</b>

## 9. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A. e de terceiros, está apresentada na nota explicativa nº 16. O valor trasacionado com esta parte relacionada nos nove meses de 2015 foi de R\$ 5.013.
- (b) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na nota explicativa nº 16. O valor trasacionado com esta parte relacionada nos nove meses de 2015 foi de R\$ 53.889.
- (c) Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. - Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro. O valor trasacionado com esta parte relacionada nos nove meses de 2015 foi de R\$ 38.
- (d) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. - Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O valor trasacionado com esta parte relacionada nos nove meses de 2015 foi de R\$ 5.402.
- (e) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos. O valor trasacionado com esta parte relacionada nos nove meses de 2015 foi de R\$ 2.223.  
  
A Companhia assinou Contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição das ações da empresa e-Pharma PBM do Brasil S.A. A operação está detalhada na nota explicativa nº 10.
- (f) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A. - Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. O valor trasacionado com esta parte relacionada nos nove meses de 2015 foi de R\$ 5.828.
- (g) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. - Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral. O valor trasacionado com esta parte relacionada nos nove meses de 2015 foi de R\$ 55.089.

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05(R1) (IAS 24), porém, não possuíram transações no período:

- Gráfica Boa Letra Ltda.;
- Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Boa Terra - Corretora de Seguros Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Grêmio Recreativo Pague Menos;
- Sevla Participações S.A.;
- Pague Menos Comércio e Importação Ltda.; e
- Pague Menos Fidelização e Eventos Ltda.

A remuneração total dos administradores e do Conselho de Administração totalizou R\$4.147 no período findo em 30 de setembro de 2016 (R\$1.893 nos nove meses de 2015) e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo. A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego (previdência privada).

## 9. Partes relacionadas--Continuação

### Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos, sem custo para a Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	Saldo garantido em 30/09/2016	Saldo garantido em 31/12/2015
<b>Francisco Deusmar de Queirós</b>	<b>172.875</b>	263.928
Aval	172.875	263.928
<b>Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves</b>	<b>282.214</b>	366.804
Aval	282.214	366.804
<b>Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge</b>	<b>36.528</b>	36.662
Aval	36.528	36.662
<b>Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves e cônjuges</b>	<b>170.358</b>	159.378
Aval	125.770	138.941
Fiança	44.588	20.437
<b>Francisco Deusmar de Queirós e Dupar Participações S.A.</b>	<b>74.422</b>	130.423
Aval	63.522	119.523
Imóvel	10.900	10.900

## 10. Investimentos

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia assinou Contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 26,21% das ações da empresa e-Pharma PBM do Brasil S.A., se tornando uma empresa coligada da Companhia. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Para compra da participação societária da e-Pharma PBM do Brasil S.A. por meio da aquisição de 26,21% de suas ações, a Companhia pagou à vista, em moeda nacional, um valor total de R\$90.000 ao acionista detentor dessas ações, o qual faz parte do quadro acionário da Companhia.

A tabela a seguir demonstra o cálculo para a aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A.:

Balanço patrimonial da e-Pharma PBM do Brasil S.A.	2015
Patrimônio líquido	31.141
Participação adquirida na Companhia coligada	26,21%
Investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial	8.162

A compra de 26,21% das ações da ePharma PBM do Brasil S.A. correspondem a R\$8.162 do patrimônio líquido desta, consequentemente, foi pago um ágio, considerando a diferença calculada entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida, baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838.

O ágio apurado na aquisição do investimento da ePharma PBM do Brasil S.A. será testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa e não apresentou indicativo de impairment em 31 de dezembro de 2015.

Conciliação do investimento em 30 de setembro de 2016:

	Participaçã o no capital	Patrimôni o líquido	Resultado	Equivalência patrimonial	Investimento	Ágio	Total do investimento
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	26,21%	33.701	2.560	671	8.833	81.838	90.671

## 11. Imobilizado

	Obras em andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Adiantamento a fornecedores	Total
<b>Custo</b>										
Saldos em 1º de janeiro de 2015	14.483	312.567	25.208	52.085	29.538	3.817	13.095	38.573	20.556	509.900
Adições	24.231	49.051	6.072	6.229	8.597	90	453	5.441	-	100.184
Capitalização de juros (CPC 20)	-	2.347	-	-	-	-	-	-	-	2.347
Transferências	(10.708)	9.427	288	481	512	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(12)	-	(28)	-	(1)	(8.847)	(8.888)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>28.006</b>	<b>373.392</b>	<b>31.568</b>	<b>58.763</b>	<b>38.645</b>	<b>3.879</b>	<b>13.548</b>	<b>44.013</b>	<b>11.709</b>	<b>603.523</b>
Adições	21.692	56.222	9.665	15.214	5.810	-	303	4.982	18.441	132.329
Capitalização de juros (CPC 20)	893	2.160	-	-	-	-	-	-	-	3.053
Transferências	(19.346)	15.391	461	730	750	-	-	-	-	(2.014)
Baixas	-	-	-	-	-	(866)	-	-	-	(866)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016</b>	<b>31.245</b>	<b>447.165</b>	<b>41.694</b>	<b>74.707</b>	<b>45.205</b>	<b>3.013</b>	<b>13.851</b>	<b>48.995</b>	<b>30.150</b>	<b>736.025</b>
<b>Taxas de depreciação</b>	- 10% a 20% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	6,66% a.a.	20% a.a.	-	-	-
<b>Depreciação</b>										
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	(142.282)	(9.795)	(15.365)	(7.640)	(3.133)	(3.343)	(22.929)	-	(204.487)
Depreciação no período	-	(29.036)	(2.349)	(5.353)	(3.034)	(329)	(878)	(3.327)	-	(44.306)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(137)	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Capitalização de juros (CPC 20)	-	(1.170)	-	-	-	-	-	-	-	(1.170)
Baixas	-	-	-	-	-	27	-	1	-	28
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>(172.625)</b>	<b>(12.144)</b>	<b>(20.718)</b>	<b>(10.674)</b>	<b>(3.435)</b>	<b>(4.221)</b>	<b>(26.255)</b>	<b>-</b>	<b>(250.072)</b>
Depreciação no período	-	(20.101)	(2.407)	(4.516)	(2.812)	(180)	(689)	(2.769)	-	(33.474)
Depreciação do custo atribuído (CPC 27)	-	(57)	-	-	-	-	-	-	-	(57)
Depreciação de capitalização de juros (CPC 20)	-	(710)	-	-	-	-	-	-	-	(710)
Transferências	-	54	-	(2)	(1)	-	-	-	-	51
Baixas	-	-	-	-	-	845	-	-	-	845
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016</b>	<b>-</b>	<b>(193.439)</b>	<b>(14.551)</b>	<b>(25.236)</b>	<b>(13.487)</b>	<b>(2.770)</b>	<b>(4.910)</b>	<b>(29.024)</b>	<b>-</b>	<b>(283.417)</b>
<b>Valor contábil</b>										
Saldos em 31 de dezembro de 2015	28.006	200.767	19.424	38.045	27.971	444	9.327	17.758	11.709	353.451
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016</b>	<b>31.245</b>	<b>253.726</b>	<b>27.143</b>	<b>49.471</b>	<b>31.718</b>	<b>243</b>	<b>8.941</b>	<b>19.971</b>	<b>30.150</b>	<b>452.608</b>

## 11. Imobilizado--Continuação

O valor registrado como transferência de R\$ 2.014, tanto no custo como na depreciação, R\$ 51, referem-se a fundo de comércio os quais foram identificados posteriormente e reclassificados para o intangível.

### Custo atribuído

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o valor contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. Até 30 de junho de 2016 o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$57 (R\$137 em 31 de dezembro de 2015). O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação. O valor do custo atribuído, excetuando terrenos, foi totalmente depreciado no período findo em 30 de junho de 2016.

### Capitalização de juros

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$3.053 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 (R\$2.347 em 2015). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 12,12% a 17,83% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção das benfeitorias em imóveis de terceiros.

### Provisão para redução no valor recuperável (impairment)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo. Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

## 12. Intangível

	Vida útil indefinida		Vida útil definida		
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (Key money)	Softwares	Desenvolvimento de websites	Total
<b>Custo</b>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	4.289	10.266	9.989	63	24.607
Adições	-	757	2.942	-	3.699
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	4.289	11.023	12.931	63	28.306
Adições	-	917	6.442	-	7.359
Transferências	-	2.014	-	-	2.014
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	4.289	13.954	19.373	63	37.679
<b>Amortização</b>					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	-	(3.903)	(5.475)	(14)	(9.392)
Amortização	-	(1.530)	(2.159)	(6)	(3.695)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	-	(5.433)	(7.634)	(20)	(13.087)
Amortização	-	(1.123)	(2.010)	(5)	(3.138)
Transferências	-	(51)	-	-	(51)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	-	(6.607)	(9.644)	(25)	(16.276)
<b>Valor contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2015	4.289	5.590	5.297	43	15.219
Em 30 de setembro de 2016	4.289	7.347	9.729	38	21.403

(\*) A amortização do fundo de comércio (Key money) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas.

## 12. Intangível--Continuação

O valor registrado com transferência refere-se a fundo de comércio anteriormente lançado no grupo de ativo imobilizado. Portanto, foi transferido o valor de custo e sua respectiva depreciação.

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na demonstração dos fluxos de caixa. A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de “Despesas administrativas e gerais”.

### Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

A Companhia aplica teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível, ao final de cada exercício social, na conta de “Marcas e patentes”, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado. Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2015 não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

### Fundo de comércio (Key money)

Fundo de comércio (*Key money*) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

### Desenvolvimento de *websites*

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.



### 13. Fornecedores

#### a) Composição da conta

	30/09/2016	31/12/2015
Fornecedores	<b>746.988</b>	705.779
(-) Saldo referente a créditos por devoluções de mercadorias e aportes (a)	<b>(60.029)</b>	(77.396)
Total	<b>686.959</b>	628.383

(a) Os créditos por devoluções de mercadorias e aportes referem-se a valores de créditos negociados com a indústria como consequência de avarias de mercadorias por devolução, ações de trademarking e eventos. Dessa forma, esses créditos são deduzidos do saldo a pagar a fornecedores em notas fiscais já emitidas por estes.

O efeito do Ajuste a Valor Presente (AVP) foi de R\$41.155 em 30 de setembro de 2016 (R\$39.270 em 31 de dezembro de 2015), apresentado líquido no saldo de fornecedores. Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada uma taxa média, de rendimento das aplicações financeiras da Companhia, o que corresponde a 14,24% a.a., considerando um prazo médio de pagamento de 89 a 123 dias, sendo este critério uniforme para o período findo em 30 de setembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

#### b) Por vencimento (sem efeito do AVP)

	30/09/2016	31/12/2015
<b>A vencer</b>		
Entre 1 a 30 dias	<b>283.754</b>	260.886
Entre 31 a 60 dias	<b>221.571</b>	207.493
Entre 61 a 90 dias	<b>85.562</b>	119.838
A mais de 91 dias	<b>178.893</b>	149.460
Subtotal	<b>769.780</b>	737.677
Títulos em consignação	<b>13.363</b>	7.372
Total	<b>783.143</b>	745.049

### 13. Fornecedores--Continuação

#### c) Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

	30/09/2016		31/12/2015	
<b>Fornecedores</b>				
Maior fornecedor	66.636	8%	67.717	9%
do 2º ao 25º	446.280	59%	421.867	57%
do 26º ao 50º	112.828	14%	106.475	14%
Demais fornecedores	162.399	21%	148.990	20%
<b>Total</b>	<b>788.143</b>	<b>100%</b>	<b>745.049</b>	<b>100%</b>

### 14. Financiamentos e empréstimos

#### a) Composição da conta

Banco	Tipo	Índice	Taxa de juros	30/09/2016	31/12/2015
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a 4,7% a.a.	32	134
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a 8,7% a.a.	109	1.097
Banco do Brasil	FCO	-	3,5% a.a.	36.629	36.662
Banco do Brasil	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,63% a.a.	145.312	159.833
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	8,5% a.a.	9.612	20.353
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	-	3,5% a.a.	43.885	35.430
Banco da Amazônia	FNO	-	10,50% a.a.	12.068	8.585
Bradesco	Finame	-	3% a 3,5% a.a.	1.582	2.193
HSBC	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,0% a.a.	81.473	72.420
Itaú	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,24% a 2,40% a.a.	172.875	212.078
Itaú	Capital de giro	CDI	1,72% a 1,85% a.a.	-	7.766
Saфра	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,20% a.a. a 1,85% a.a.	111.584	119.567
Santander	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,75% a.a.	63.521	119.523
<b>Total de financiamentos e empréstimos (líquidos das operações com derivativos)</b>				<b>678.682</b>	<b>795.641</b>
<b>Financiamentos e empréstimos - circulante (líquidos das operações com derivativos)</b>				<b>360.749</b>	<b>333.240</b>
Operações com derivativos ativo - circulante				6.116	113.807
Total dos financiamentos e empréstimos - circulante				<b>366.865</b>	<b>447.047</b>
<b>Financiamentos e empréstimos - não circulante (líquidos das operações com derivativos)</b>				<b>317.933</b>	<b>462.401</b>
Operações com derivativos ativo - não circulante				-	113.904
Operações com derivativos passivo - não circulante				(730)	-
Total dos financiamentos e empréstimos - não circulante				<b>317.203</b>	<b>576.305</b>

## 14. Financiamentos e empréstimos--Continuação

### a) Composição da conta--Continuação

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade do que rege a Lei nº 4.131/62 (modalidade esta conhecida no mercado financeiro como "4131"), e celebra contratos de *swap* com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial. A medida que o câmbio do dólar aumenta há uma perda na variação cambial, consequentemente um ganho com instrumentos financeiros derivativos (*swaps*). O contrário acontece quando o câmbio do dólar diminui, ou seja, há uma receita de variação cambial, consequentemente uma perda com instrumentos financeiros derivativos (*swaps*). A variação do saldo ativo decorre justamente da queda do dólar de 3,9048 (em 31 de dezembro de 2016) para 3,2462 (em 30 de setembro de 2016).

Em virtude de que estes valores de instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) serem mensurados a valor justo, e a dívida original (4131) em dólar não, a Companhia optou por se adotar a contabilidade de *hedge accounting a valor justo* a partir de 1º de julho de 2015, sendo esta a data de designação.

Em 31 de dezembro de 2015, dos 10 (dez) contratos existente na época da adoção da contabilidade de *hedge*, um foi quitado, e, dos nove remanescentes, quatro foram considerados como inefetivos, permanecendo cinco contratos vinculados à contabilidade de *hedge*. Para os três novos empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131 captados no último trimestre de 2015, a Companhia decidiu classificar a própria dívida pelo valor justo (*Fair Value Option*).

No período findo em 30 de junho de 2016, os contatos remanescentes, ou seja, referentes ao período de adoção e vinculados à contabilidade de *hedge* foram considerados como inefetivos.

Em 30 de dezembro de 2013, o BNB concedeu à Companhia uma linha de crédito de R\$76.046 providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) sendo este crédito diferido para a construção de novas lojas à uma taxa efetiva de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% sobre os juros. Até 30 de setembro de 2016 foram liberados R\$35.000. A referida linha de crédito possui carência de 36 meses findando--se em 2026 e a liberação dos recursos remanescente dar-se-á com o decorrer das construções das novas lojas.

## 14. Financiamentos e empréstimos--Continuação

### b) Por moeda

	30/09/2016	31/12/2015
Em moeda nacional	103.916	112.220
Em moeda estrangeira, dólar norte-americano - US\$	574.766	683.421
Total	678.682	795.641

O saldo da carteira de empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano) está completamente atrelado aos *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

### c) Cronograma de desembolso

	30/09/2016	31/12/2015	
<b>Vencimentos</b>			
2016 (3 meses)	174.796	333.240	(*)
2017 (9 meses)	185.954	302.536	(*)
2017 (3 meses)	138.860	-	
2018	104.921	98.545	
2019	24.046	20.740	
Após 2019	50.105	40.580	
Total	678.682	795.641	

(\*) Período comparativo se refere a doze meses.

### d) Garantias

Além das fianças, avais e/ou garantias prestadas pelas partes relacionadas pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas, apresentadas na nota explicativa nº 9 - Partes relacionadas, ainda existem outros tipos de garantias para os financiamentos e empréstimos contratos pela Companhia, conforme discriminadas no quadro abaixo:

## 14. Financiamentos e empréstimos--Continuação

### d) Garantias--Continuação

<u>Banco/garantia</u>	<u>Saldo existente em 30/09/2016</u>	<u>Saldo existente em 31/12/2015</u>
<b>Banco do Brasil</b>	<b>45.583</b>	52.089
Imóvel da parte relacionada Dupar Participações S.A.	<b>10.900</b>	10.900
Alienação fiduciária de bens	<b>140</b>	1.231
Cessão fiduciária de direitos creditórios	<b>34.543</b>	39.958
<b>Bradesco</b>	<b>1.582</b>	2.193
Alienação fiduciária de bens	<b>1.582</b>	2.193
<b>Itaú</b>	<b>43.274</b>	54.961
Cessão fiduciária de direitos creditórios	<b>43.274</b>	54.961
<b>Safrá</b>	<b>25.652</b>	29.892
Cessão fiduciária de direitos creditórios	<b>25.652</b>	29.892
<b>Banco do Nordeste</b>	<b>41.000</b>	25.153
Fiança do banco Safrá para a operação FNE ref. ao contrato No. 12.2013.12124.13211	<b>41.000</b>	25.153

### e) Cláusulas restritivas

A Companhia não possui contratos de financiamentos e empréstimos com *covenants*.

## 15. Debêntures

### Composição da conta

	<u>30/09/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão de debêntures	-	-	43.892	-
2ª emissão de debêntures	<b>30.324</b>	<b>16.598</b>	33.320	33.027
3ª emissão de debêntures	<b>33.459</b>	<b>56.520</b>	38.701	75.186
Total	<b>63.783</b>	<b>73.118</b>	115.913	108.213

## 15. Debêntures--Continuação

### Composição da conta--Continuação

#### *1ª emissão de debêntures*

Em 14 de maio de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples no montante de R\$260.000 integralmente captados pelo Banco do Brasil S.A. em 18 de maio de 2012 e foram destinados a: (i) alongamento do endividamento da Companhia; e (ii) capital de giro. Essas debêntures foram integralmente liquidadas até 30 de setembro de 2016.

#### a) Movimentação da conta

	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>43.892</b>
Realização do custo de captação	<b>191</b>
Encargos	<b>2.434</b>
Pagamento de principal e juros	<b>(46.517)</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>-</b>

#### *2ª emissão de debêntures*

Em 12 de dezembro de 2013, através de Reunião do Conselho de Administração (RCA), a Companhia aprovou a 2ª emissão de debêntures simples. Os recursos captados no montante de R\$100.000 foram liberados em 18 de dezembro de 2013 e foram destinados a: (i) alongamento do endividamento da Companhia; e (ii) capital de giro.

#### a) Movimentação da conta

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>33.320</b>	<b>33.027</b>	<b>66.347</b>
Realização do custo de captação	<b>238</b>	<b>-</b>	<b>238</b>
Transferência circulante e não circulante - custo de captação	<b>(89)</b>	<b>89</b>	<b>-</b>
Encargos	<b>6.651</b>	<b>-</b>	<b>6.651</b>
Pagamento de principal e juros	<b>(26.314)</b>	<b>-</b>	<b>(26.314)</b>
Transferências do principal e juros	<b>16.518</b>	<b>(16.518)</b>	<b>-</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>30.324</b>	<b>16.598</b>	<b>46.922</b>

## 15. Debêntures--Continuação

### Composição da conta--Continuação

#### *2ª emissão de debêntures--Continuação*

##### b) Características da 2ª emissão de debêntures

Número da emissão:	2ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/12/2013
Data de vencimento:	18/12/2017
Quantidade:	10 mil debêntures
Agente fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$100.000
Espécie:	Quirografia
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,20% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carência.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de junho de 2015, 18 de dezembro de 2015, 18 de junho de 2016, 18 de dezembro de 2016, 18 de junho de 2017 e 18 de dezembro de 2017.
Amortização programada da remuneração:	18 de junho de 2014, 18 de dezembro de 2014, 18 de junho de 2015, 18 de dezembro de 2015, 18 de junho de 2016, 18 de dezembro de 2016, 18 de junho de 2017 e 18 de dezembro de 2017.

##### c) Garantias

###### Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale a três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

## 15. Debêntures--Continuação

### Composição da conta--Continuação

#### 2ª emissão de debêntures--Continuação

##### c) Garantias--Continuação

###### Garantia fidejussória

Foi celebrada uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

##### d) Cláusulas restritivas (Covenants)

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados semestralmente pelo agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia atingiu o índice Dívida financeira líquida/EBITDA. Em virtude de consequências contábeis sem efeito de caixa associada a transações comerciais ocorridas no 4º trimestre de 2015, o qual compõe o EBITDA acumulado de 12 meses, em volume atípico, a Companhia não atingiu o índice requerido de EBITDA/resultado financeiro naquele período, bem como no 3º trimestre de 2016. A Administração já obteve o *waiver* junto aos debenturistas o qual anui previamente o possível descumprimento deste mesmo indicador no 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres de 2016 bem como altera a apuração dos covenants financeiros, previamente obrigatórios de apuração trimestral, para periodicidade semestral a partir de 31 de dezembro de 2016.

Os indicadores acompanhados são os seguintes:

	Índice requerido	Índice obtido em 30.09.2016
Dívida financeira líquida/EBITDA	= < 3 vezes	1,91
EBITDA/resultado financeiro	> = 1,3 vezes	1,07



## 15. Debêntures--Continuação

### Composição da conta--Continuação

#### *3ª emissão de debêntures*

Em 26 de novembro de 2014, através de Reunião do Conselho de Administração (RCA), a Companhia aprovou a 3ª emissão de debêntures simples. Os recursos captados no montante de R\$114.000 foram liberados em 8 de dezembro de 2014 e destinados a: (i) alongamento do endividamento da Companhia; e (ii) capital de giro.

#### a) Movimentação da conta

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	38.701	75.185	113.886
Realização do custo de captação	<b>301</b>	-	<b>301</b>
Transferência circulante e não circulante - custo de captação	<b>280</b>	<b>(280)</b>	-
Encargos	<b>11.948</b>	-	<b>11.948</b>
Pagamento de principal e juros	<b>(36.156)</b>	-	<b>(36.156)</b>
Transferências do principal e juros	<b>18.385</b>	<b>(18.385)</b>	-
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>33.459</b>	<b>56.520</b>	<b>89.979</b>

#### b) Características da 3ª emissão de debêntures

Número da emissão:	3ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	08/12/2014
Data de vencimento:	08/12/2018
Quantidade:	11,4 mil debêntures
Agente fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$114.000
Espécie:	Quirografária
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,50% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carência.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	8 de junho de 2016, 8 de dezembro de 2016, 8 de junho de 2017, 8 de dezembro de 2017, 8 de junho de 2018 e 8 de dezembro de 2018.
Amortização programada da remuneração:	8 de junho de 2015, 8 de dezembro de 2015, 8 de junho de 2016, 8 de dezembro de 2016, 8 de junho de 2017, 8 de dezembro de 2017, 8 de junho de 2018 e 8 de dezembro de 2018.

## 15. Debêntures--Continuação

### Composição da conta--Continuação

#### *3ª emissão de debêntures—Continuação*

##### c) Garantias

###### Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale a três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

###### Garantia fidejussória

Foi celebrada uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

##### d) Cláusulas restritivas (Covenants)

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados semestralmente pelo agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia atingiu o índice Dívida financeira líquida/EBITDA. Em virtude de consequências contábeis sem efeito de caixa associada a transações comerciais ocorridas no 4º trimestre de 2015, o qual compõe o EBITDA acumulado de 12 meses, em volume atípico, a Companhia não atingiu o índice requerido de EBITDA/resultado financeiro naquele período, bem como no 3º trimestre de 2016. A Administração já obteve o *waiver* junto aos debenturistas o qual anui previamente o possível descumprimento deste mesmo indicador no 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres de 2016 bem como altera a apuração dos covenants financeiros, previamente obrigatórios de apuração trimestral, para periodicidade semestral a partir de 31 de dezembro de 2016.

## 15. Debêntures--Continuação

### Composição da conta--Continuação

#### 3ª emissão de debêntures--Continuação

#### e) Cláusulas restritivas (Covenants)--Continuação

Os indicadores acompanhados são os seguintes:

	<b>Índice requerido</b>	<b>Índice obtido em 30.09.2016</b>
Dívida financeira líquida/EBITDA	= < 3 vezes	1,91
EBITDA/resultado financeiro	> = 1,3 vezes	1,07

## 16. Arrendamentos mercantis operacionais

### Arrendamentos como arrendatário

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

<b>Vencimentos</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
2016	<b>169.187</b>	133.091
2017	<b>132.072</b>	111.643
2018	<b>87.648</b>	79.070
2019	<b>69.818</b>	48.435
2020	<b>57.471</b>	33.425
Após 2020	<b>116.533</b>	69.278
	<b>632.729</b>	474.942
Terceiros	<b>500.308</b>	341.794
Partes relacionadas	<b>132.421</b>	133.148
<b>Total</b>	<b>632.729</b>	474.942

## **16. Arrendamentos mercantis operacionais--Continuação**

### Arrendamentos como arrendatário--Continuação

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía 1.009 contratos de arrendamento operacional (936 em 31 de dezembro de 2015), os quais se referem aos aluguéis das lojas, dos centros de distribuições, da matriz da Companhia e de alguns estacionamentos. Parte destes contratos referem-se às 582 lojas alugadas de terceiros, 323 lojas alugadas da Dupar Participações S.A. e 10 lojas alugadas da Renda Participações S.A., empresas controladas pelo acionista da Companhia. Todas essas lojas já estão em funcionamento.

Esses arrendamentos têm prazo de duração em média de 5 a 11 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período, com exceção dos contratos dos centros de distribuições que possuem prazo de 15 anos. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os contratos de aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato. Para a projeção dos contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e para as partes relacionadas à taxa de oportunidade da Companhia.

Para os aluguéis relativos à parte relacionada, Dupar Participações S.A. foi considerado o valor mínimo dos aluguéis dos imóveis que é de R\$9,4, atualizado anualmente pelo IGP-M, ou o percentual de 2,5% do faturamento da respectiva loja, o que for maior.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa com ocupação no resultado de 2016 o montante de R\$127.263, referente aos arrendamentos operacionais (R\$105.419 em 2015). Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$3.569 foi reconhecido como despesa de manutenção no nove meses de 2016, referente aos arrendamentos operacionais (R\$3.505 em 2015).

## 17. Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>		
Refis - Lei nº 12.996/2014	2.964	617
Refis – ICMS	1.151	-
Refis IV	64	540
ICMS	39.470	36.714
IRRF/CSRF	2.505	6.383
ISS	427	43
INSS/FGTS	19.217	12.823
FGTS	-	4.027
Contribuição sindical – Empregados	-	711
Outros impostos contribuições a recolher	999	360
Subtotal	66.797	62.218
<b>Não circulante</b>		
Refis - Lei nº 12.996/2014	21.018	6.660
Refis – ICMS	409	-
Refis IV	451	-
Subtotal	21.878	6.660
Total	88.675	68.878

### Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

A Companhia aderiu, em 24 de setembro de 2015, ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), utilizando-se dos benefícios advindos da Lei nº 12.996/2014. Os débitos incluídos no programa referem-se a autuações fiscais relativas aos tributos IOF, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL e seus valores consolidados encontram-se abaixo detalhados:

Origem	Valor original	Juros	Multa de ofício e mora	Multa isolada	Valor homologado	Valor das antecipações
PGFN	R\$4.534	R\$9.043	R\$1.360	R\$123	R\$15.060	R\$5.999
RFB	R\$1.542	R\$2.095	R\$463	-	R\$4.100	R\$1.658
RFB Previdenciários	R\$14.041	R\$4.563	R\$632	-	R\$19.236	R\$3.437
RFB Previdenciários	R\$504	R\$254	R\$20	-	R\$778	-

Na adesão ao programa, a Companhia desistiu das respectivas ações judiciais e administrativas de contestação dos débitos em razão das reduções das multas de mora e de ofício e dos juros de mora previstas em lei e parcelou o valor relativo ao principal em 179 meses (PGFN e RFB) e 119 meses (RFB - Previdenciários), sujeitos à incidência de atualização pela taxa SELIC.

## 17. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

### Movimentação do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

	Saldo em 31/12/2015	Novas consolidações	Atualizações	Pagamentos	Reclassificações	Saldo em 30/09/2016
REFIS IV	540	-	21	(1.470)	1.423	514
Previdenciários	4.622	19.236	1.001	(6.307)	(533)	18.019
Outros	2.655	3.865	350	(18)	(890)	5.962
Total	7.817	23.101	1.372	(7.795)	-	24.495

## 18. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Não houve movimentações relevantes para o período findo em 30 de setembro de 2016.

### a) Composição da conta

	30/09/2016	31/12/2015
Administrativas	183	183
Cíveis	1.073	1.073
Trabalhistas	1.506	1.506
Total	2.762	2.762

O valor provisionado referente às contingências cíveis acima descritos são formados por causas cujos valores individuais pulverizados e são decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

## 18. Provisão para processos judiciais--Continuação

### a) Composição da conta--Continuação

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados por causas cujos valores individuais pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha demandas judiciais cíveis, trabalhistas e administrativas, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$27.430 para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil. As causas tributárias/fiscais remontam um total de R\$140.403, todas classificadas como possíveis de perda, mas ao mesmo tempo a Companhia detém causas ativas correlacionadas, em grande parte, com essas causas passivas, no montante de R\$154.691, consideradas com risco possível de ganho.

### b) Movimentação dos processos no período

<b>2016</b>	<b>Saldo inicial 31/12/2015</b>	<b>Adição à provisão</b>	<b>Reversão à provisão</b>	<b>Utilização da provisão</b>	<b>Saldo final 30/09/2016</b>
Administrativas	183	-	-	-	<b>183</b>
Cíveis	1.073	-	-	-	<b>1.073</b>
Trabalhistas	1.506	-	-	-	<b>1.506</b>
Total	2.762	-	-	-	<b>2.762</b>

<b>2015</b>	<b>Saldo inicial 31/12/2014</b>	<b>Adição à provisão</b>	<b>Reversão à provisão</b>	<b>Utilização da provisão</b>	<b>Saldo final 31/12/2015</b>
Administrativas	475	33	(325)	-	183
Cíveis	990	933	(818)	(32)	1.073
Trabalhistas	2.129	8.708	(8.244)	(1.087)	1.506
Tributárias	36	-	(36)	-	-
Total	3.630	9.674	(9.423)	(1.119)	2.762

## 19. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 28 de dezembro de 2015, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado um aporte de capital na Companhia no valor de R\$440.084 subscrito pela General Atlantic Brasil Investimentos S.A. mediante a emissão de 42.726.580 novas ações ordinárias, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Ônus ("Ações Subscritas"), ao preço de emissão de R\$10,30 (dez reais e trinta centavos) por ação, sendo (a) R\$1,00 (um real) por ação destinado ao capital social da Companhia; e (b) R\$9,30 (nove reais e trinta centavos) por ação destinado à reserva de capital da Companhia. Conforme cláusula 2.1.3 do Acordo de Investimentos entre a Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., o investidor obrigava-se a integralizar as Ações Subscritas até 20 de abril de 2016, em moeda corrente nacional, mediante transferência de fundos imediatamente disponíveis para a conta corrente de titularidade da Companhia. Dessa forma em 31 de dezembro de 2015, a Companhia baseada no conceito de "direito contratual" reconheceu o recebível atrelado ao capital integralizado que foi totalmente integralizado em 20 de abril de 2016.

Portanto, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social perfaz um total de R\$382.727, representado por um total de 342.726.580 ações ordinárias.

A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) novas ações ordinária.

### b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2015 a reserva de ágio na emissão de ações totaliza um montante de R\$397.357, conforme celebração do Acordo de Investimentos entre Empreendimentos Pague Menos S.A. e General Atlantic Brasil Investimentos S.A. e, respectivo Boletim de Subscrição.

Em 30 de setembro de 2016 foi registrado a débito da respectiva conta os valores referentes ao custo na emissão de títulos e valores mobiliários de R\$11.391 e os valores das opções outorgadas no valor de R\$4.190.

### c) Reservas de lucros

#### *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2016 o saldo de reserva legal é R\$28.833 (R\$28.833 em 31 de dezembro de 2015).



## 19. Patrimônio líquido--Continuação

### c) Reservas de lucros--Continuação

#### *Reserva de incentivo fiscal*

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 22 - Subvenção governamental. Em 30 de setembro de 2016 o saldo do incentivo fiscal é de R\$63.145 (R\$74.644 em 31 de dezembro de 2015).

Do montante apurado de incentivo fiscal para o exercício corrente findo em 31 de dezembro de 2015 foram destinados para reserva de incentivo fiscal R\$2.019 do saldo de "Lucros acumulados". Para o exercício seguinte findo em 31 de dezembro de 2016 deverá ser destinado do Lucro Acumulado o valor dos incentivos fiscais do próprio exercício vigente e, adicionalmente, o montante de R\$72.625 remanescente do exercício de 2015.

### d) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem. O montante de realização no período findo em 30 de setembro de 2016 é de R\$46 (R\$83 em 2015).

### e) Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

As remunerações aos acionistas referentes ao exercício de 2015 foram pagas em forma de juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio anualmente e de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95. O montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2015, foi de R\$27.456.

## 19. Patrimônio líquido--Continuação

### e) Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)--Continuação

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido	30.939
(-) Reserva legal	(1.547)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(2.019)
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	83
	<hr/>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	27.456
Dividendos mínimos obrigatórios	25%
<b>Dividendo anual - mínimo obrigatório</b>	6.864
<b>Juros sobre capital próprio calculado</b>	<u>27.456</u>
Juros sobre capital próprio - limite do mínimo obrigatório	6.864
Juros sobre capital próprio - excedente ao mínimo obrigatório	20.592
Dividendos adicionais propostos	-

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, incluindo o valor que foi calculado e distribuído sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado acima, está sendo destinado para a reserva de dividendos adicionais propostos conforme preconizado pela Interpretação do Pronunciamento Contábil - ICPC 08.

O juro sobre capital próprio calculado e provisionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi, em parte, distribuído antecipadamente em 28 de dezembro de 2015 no montante de R\$19.370, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte. O saldo da pagar de juros sobre capital próprio calculado em 31 de dezembro de 2015 remanesce em R\$3.967.

Em 31 de agosto de 2016 foi calculado, provisionado e pago juros sobre capital próprio referente a antecipação de dividendos do exercício corrente no montante de R\$43.613.

## **20. Plano de remuneração baseado em ações**

O Plano de remuneração baseado em ações da Companhia tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; (c) possibilitar à Companhia atrair e manter a ela vinculadas as pessoas elegíveis e incentivar a criação de valor à Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas, administradores e empregados.

Em 29 de julho de 2016 (Data de Outorga) o Conselho de Administração aprovou a outorga de Opções às pessoas elegíveis (Outorgados). O preço de exercício das Opções outorgadas foi de R\$ 10,30 (Preço de Exercício) por ação, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M desde 29 de julho até o efetivo exercício das respectivas Opções.

Cada Opção dará direito ao Outorgado de adquirir 1 (uma) Ação formalizados através de contratos de opções. O preço de aquisição pago pelo Outorgado à Companhia em contrapartida às Opções outorgadas foi de R\$ 1,72 (Preço de Aquisição).

As opções serão exercíveis em um prazo de até quatro anos a partir da data de concessão caso o colaborador ainda estiver empregado naquela data. Caso contrário, as opções preescrevem. A Companhia terá o direito de recomprar até o limite de 100% das Opções detidas pelos Outorgados, pelo valor do Preço de Aquisição, devidamente corrigido pelo IGP-M desde a data de outorga das respectivas Opções, nesse caso, o limite previsto acima será reduzido à razão de 1/48 avos, por mês, contados da Data de Outorga, desde que: (i) o outorgado desligue-se da Companhia por vontade própria; (ii) o outorgado for desligado da Companhia sem justa causa; (iii) o outorgado for desligado por aposentadoria normal ou invalidez; ou (iv) o outorgado for desligado por falecimento. Em caso de demissão por justa causa as Opções detidas pelo Outorgado poderão ser adquiridas pela Companhia, a seu exclusivo critério.

## 20. Plano de remuneração baseado em ações--Continuação

O valor justo das Opções foi estimado com base em modelo binomial de precificação das opções devido à sua flexibilidade no que tange às preissas e seu perfil mais simples.

A tabela a seguir apresenta o número e o preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	30/09/2016	
	No Ações Outorgadas	R\$ Preço de Exercício
Em aberto em 1º de janeiro de 2016	-	-
Concedidas durante o período	2.459.804	10,30
Em aberto em 30 de setembro de 2016	2.459.804	10,30

Não há média ponderadas das opções de ações visto que todos os elegíveis do plano adquiriam as opções pelo mesmo preço.

Não houve opções expiradas durante o período findo em 30 de setembro de 2016.

## 21. Lucro líquido por ação

### Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 2015 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, conforme o quadro abaixo:

	30/09/2016	30/09/2015
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	61.219	86.749
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	342.727	300.000
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,18	0,29

## 22. Subvenção governamental

A Companhia possui um Regime Especial de Tributação (RET) relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado.

O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias transferidas para outras unidades da federação e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem atendido sistematicamente às exigências do Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são: (i) o aumento do volume de arrecadação do ICMS; (ii) incremento da geração de empregos; (iii) aquisição de ativo imobilizado; (iv) abertura de novas lojas; e (v) a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem apenas da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

## **22. Subvenção governamental--Continuação**

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 10 anos e sua última prorrogação, concedida por mais um ano, em 1º de junho de 2016 retroativa ao último vencimento, com vigência até 31 de maio de 2017. A Companhia apurou o montante de R\$39.457 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado do Ceará no período findo em 30 de setembro de 2016 (R\$33.502 nos nove meses de 2015).

A Companhia também possui um regime especial de tributação relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado de Goiás, limitando os créditos de ICMS nas aquisições interestaduais de mercadorias ao percentual de 7%, permitindo ainda o estorno de parte dos débitos de ICMS nas operações interestaduais de transferências e devidamente formalizado através do Termo de Acordo de Regime Especial entre a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás e a Companhia, conforme o amparo no Decreto nº 4.852/97.

Esta subvenção foi concedida em 25 de abril de 2014, com prazo de vigência indeterminado, desde que a Companhia cumpra as metas de recolhimento e pagamento do ICMS normal devido ao Estado de Goiás. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

A Companhia apurou o montante de R\$25.688 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado de Goiás no período findo em 30 de setembro de 2016 (R\$21.610 nos nove meses de 2015).

Os valores apurados das subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e, dessa forma, devidamente apropriados em conta de reserva, destinados anualmente para a reserva de incentivo fiscal.

## 23. Receita operacional líquida

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.516.587</b>	1.291.666	<b>4.267.340</b>	3.649.561
Venda de mercadoria	<b>1.525.178</b>	1.289.184	<b>4.290.217</b>	3.641.912
Serviços prestados	<b>5.230</b>	2.482	<b>15.515</b>	7.649
Ajuste a valor presente (a)	<b>(13.821)</b>	-	<b>(38.392)</b>	-
<b>Deduções</b>	<b>(64.775)</b>	(50.855)	<b>(180.805)</b>	(141.101)
Impostos sobre vendas	<b>(54.252)</b>	(41.900)	<b>(151.982)</b>	(116.699)
Devoluções e abatimentos	<b>(10.523)</b>	(8.955)	<b>(28.823)</b>	(24.402)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.451.812</b>	1.240.811	<b>4.086.535</b>	3.508.460

(a) Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média, atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), o que corresponde a 14,13% a.a., considerando um prazo médio de recebimento entre 48 e 54 dias para cálculo e registro do ajuste a valor presente

## 24. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado

Classificados na demonstração do resultado:

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015
Custo das mercadorias vendidas	<b>(902.146)</b>	(858.250)	<b>(2.726.902)</b>	(2.395.807)
Despesas com vendas	<b>(468.994)</b>	(22.717)	<b>(1.012.693)</b>	(64.776)
Despesas administrativas e gerais	<b>(23.961)</b>	(290.854)	<b>(146.718)</b>	(808.630)
Total de custos e despesas	<b>(1.395.101)</b>	(1.171.821)	<b>(3.886.313)</b>	(3.269.213)

A Companhia implementou controles que permitiram mensurar com maior assertividade a segregação das despesas relacionadas ao esforço de vendas e as despesas que correspondem às práticas administrativas e gerais. Adicionalmente a Companhia reclassificou despesas com pessoal, aluguel e outras, dos centros de distribuição, que em períodos anteriores estavam registrados no Lucro Bruto, para o grupo de despesas comerciais. Pelo fato das reclassificações terem sido realizadas neste período, segue no quadro abaixo a reapresentação das informações trimestrais e para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, para adequada comparação:

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015 (Reclassificada)	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015 (Reclassificada)
Custo das mercadorias vendidas	<b>(984.483)</b>	(831.842)	<b>(2.726.902)</b>	(2.328.428)
Despesas com vendas	<b>(361.298)</b>	(290.471)	<b>(1.012.693)</b>	(832.859)
Despesas administrativas e gerais	<b>(49.320)</b>	(49.508)	<b>(146.718)</b>	(107.926)
Total de custos e despesas	<b>(1.395.101)</b>	(1.171.821)	<b>(3.886.313)</b>	(3.269.213)



## 24. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado--Continuação

Classificados por natureza:

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015
		(Reclassificada)		(Reclassificada)
Custo de aquisição de mercadorias	(984.483)	(831.842)	(2.726.902)	(2.328.428)
Despesas com pessoal	(224.701)	(173.159)	(642.867)	(495.634)
Despesas com ocupação	(49.663)	(41.045)	(144.058)	(118.599)
Despesas gerais (*)	(122.560)	(115.765)	(335.107)	(288.042)
Depreciação e amortização	(13.694)	(10.010)	(37.379)	(38.510)
<b>Total</b>	<b>(1.395.101)</b>	<b>(1.171.821)</b>	<b>(3.886.313)</b>	<b>(3.269.213)</b>

(\*) As despesas gerais abrangem todas as despesas com fretes, publicidade e propaganda, taxas de administradores de cartão de crédito, com utilidades e serviços e impostos, taxas e contribuições referente ao funcionamento das lojas, centros de distribuições e matriz.

## 25. Receitas e despesas financeiras

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras(*)	3.187	5.050	28.378	16.158
Ganhos com operações de <i>swap</i> – AVM	8.063	141.442	63.159	262.890
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>hedge accounting</i> e classificados como <i>Fair Value Option</i>	10.787	34.002	80.167	34.002
Ajustes a Valores Presentes (AVP)	13.423	-	29.955	-
Variação cambial	82	(1.349)	210.034	50.909
Atualização monetária	-	568	-	1.535
Outros juros	66	3	2.071	8
<b>Total de receita financeira</b>	<b>35.608</b>	<b>179.716</b>	<b>413.764</b>	<b>365.502</b>

(\*) Receita financeira líquida dos respectivos impostos incidentes.

## 25. Receitas e despesas financeiras--Continuação

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	(11.954)	(18.981)	(44.056)	(54.409)
Perdas com operações de <i>swap</i> - AVM	(14.090)	-	(251.491)	(56.146)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>hedge accounting</i> e classificados como <i>Fair Value Option</i>	(11.388)	(8.741)	(89.100)	(8.741)
Comissões, despesas bancárias e outros	(1.460)	(420)	(8.419)	(1.177)
IOF	-	(6)	-	(61)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	9.174	-	-	-
Ajuste a Valor Presente (AVP)	(34.036)	(20.954)	(110.007)	(60.325)
Variação cambial	(6.728)	(179.229)	(69.477)	(311.238)
Atualização monetária	-	-	-	(5)
Descontos concedidos	-	(1)	-	(4)
<b>Total de despesa financeira</b>	<b>(70.482)</b>	<b>(228.332)</b>	<b>(572.550)</b>	<b>(492.106)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(34.874)</b>	<b>(48.616)</b>	<b>(158.786)</b>	<b>(126.604)</b>

Os valores de R\$41.538 e R\$52.338 em 30 de setembro de 2016 e 2015, respectivamente, são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa e referem-se aos juros de debêntures, financiamentos e empréstimos, esses saldos compõem o valor acima apresentado na linha de Juros, como Despesas financeiras. Os demais valores que compõem a conta de "Juros" referem-se a juros diversos de duplicatas a pagar em atraso.

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia referem-se à caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, operações de *swap*, financiamentos e empréstimos e debêntures.

### Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em suas debêntures (cláusulas restritivas).

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco revisando e estabelecendo políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo:

#### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### Exposição a riscos de crédito

##### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$379.545 em 30 de setembro de 2016 (R\$296.744 em 31 de dezembro de 2015), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras sólidas e de primeira linha.

##### Contas a receber

A Administração entende que a Companhia possui baixo risco de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais, não possuindo qualquer cliente que exceda o limite de 10% da receita bruta e as suas vendas são efetuadas, em sua grande maioria, à vista (dinheiro), portanto sem risco, ou via cartões de crédito ou débito, cujos repasses são responsabilidade das administradoras de cartões.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito investindo apenas em títulos com alta liquidez e de instituições financeiras de primeira linha, líderes de mercado. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos das instituições financeiras em que opera. Por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### Exposição a riscos de crédito--Continuação

A seguir, estão demonstrados os saldos de cartões de crédito a receber, por idade de vencimento:

	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	<b>205.457</b>	175.902
31 a 60 dias	<b>113.352</b>	76.062
61 a 90 dias	<b>47.730</b>	35.586
Acima de 90 dias	<b>32.368</b>	21.268
Vencidos	<b>51</b>	-
<b>Total</b>	<b>398.958</b>	308.818

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das informações trimestrais estão demonstradas a seguir:

<b>Em 30 de setembro de 2016</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor contratual</b>	<b>1 ano ou menos</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	379.545	379.545	379.545	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	418.113	418.113	418.113	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 13)	788.143	788.143	788.143	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 14)	678.682	617.726	360.749	215.741	71.216	30.976
Debêntures (Nota 15)	136.901	145.900	63.783	54.298	18.820	-
Arrendamento operacional (Nota 16)	8.740	632.729	301.259	87.648	161.478	82.344
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor contratual</b>	<b>1 ano ou menos</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	296.744	296.744	296.744	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	339.015	339.015	339.015	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 13)	745.049	745.049	745.049	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 14)	795.641	762.018	314.944	298.260	122.691	26.123
Debêntures (Nota 15)	224.126	224.000	114.667	71.333	38.000	-
Arrendamento operacional (Nota 16)	15.486	587.394	148.215	136.120	206.226	96.833

## **26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação**

### Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se aos riscos relacionados ao aumento dos preços dos medicamentos e às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

#### *Gestão de capital*

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

#### *Risco de oscilação nos preços*

O risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de setembro de 2016 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 14,13% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção do CDI considerando o fechamento base de 30 de setembro de 2016, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre janeiro de 2016 e janeiro de 2029) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 30 de setembro de 2016:

<b>Instituições financeiras e modalidades</b>	<b>Risco (taxa)</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I 25%</b>	<b>Cenário II 50%</b>
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(9.612)	43	(286)	(615)
Debêntures	Alta do CDI	(136.901)	1.985	(2.355)	(6.695)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	339.847	28	(11.984)	(23.996)



## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### *Risco de taxa de juros--Continuação*

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros--Continuação

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2015:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(28.119)	(529)	(1.588)	(2.646)
Debêntures	Alta do CDI	(224.126)	(5.828)	(14.670)	(23.512)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	138.919	-	(3.577)	(8.488)

De acordo com as análises apresentadas, a Companhia apuraria despesa nos cenários Provável, I e II.

A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida à TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$31 em 30 de setembro de 2016 (R\$134 em 31 de dezembro de 2015). A Administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

#### *Risco cambial*

Sobre o risco proveniente das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras. Essas operações estão casadas em termos de instituição bancária, valor, prazos e taxas de juros.

Portanto, a Companhia não fica sujeita ao risco de aumento ou decréscimo do dólar, em virtude de ter trocado a sua ponta passiva por CDI + *spread*, transformando, assim, o custo da dívida (vide nota explicativa nº 14) para moeda e taxa de juros locais, variando entre 1,00% a 2,60% do CDI. Esses contratos possuem, em 30 de setembro de 2015, um valor de referência de R\$524.219 (R\$665.998 em 31 de dezembro de 2015). Para não sofrer o impacto da contabilização a valor justos desses *swaps*, a Companhia, em 1º de julho de 2015 adotou a contabilidade de *hedge*, e mensura os financiamentos e empréstimos, os quais seriam contabilizados ao custo amortizado, a valor justo, ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge* designados, explanado em tópico específico a seguir.

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### *Risco cambial--Continuação*

A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

E, ainda, a Companhia adota a política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja exposição significativa a nenhuma das duas modalidades.

O saldo do *swap* no balanço patrimonial da Companhia é demonstrado a seguir:

<b>Saldo swap</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Ativos em moeda estrangeira - saldo ativo de <i>swaps</i>	<b>6.116</b>	227.711
Passivos em moeda estrangeira - saldo passivo de <i>swaps</i>	<b>(730)</b>	-

Mesmo considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* tradicionais e contabilidade de *hedge*, contratados para proteção cambial e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a

variação do dólar frente ao real em decorrência da atual condição de mercado não causa efeitos relevantes nas informações trimestrais da Companhia, a Companhia apresenta a seguir as análises de sensibilidade cambial para fins de cumprimento de divulgação.

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário possível</b>	<b>Cenário remoto</b>
<i>Em 30 de setembro de 2016</i> (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	<b>(142.220)</b>	<b>(289.826)</b>
<i>Em 31 de dezembro de 2015</i> (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(233.628)	(467.257)

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos

#### a) *Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros*

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão identificados a seguir:

Descrição	30/09/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalente de caixa	379.545	379.545	296.744	296.744
Arrecadação de recursos de terceiros	-	-	9.482	9.482
Contas a receber de clientes	418.113	418.113	339.015	339.015
Outros investimentos	3.651	3.651	-	-
<b>Outros passivos financeiros</b>				
Fornecedores (sem efeito do AVP)	(686.959)	686.959	(628.498)	(628.498)
Financiamentos e empréstimos	(522.116)	552.280	(299.178)	(354.929)
Debêntures	(136.901)	137.465	(224.126)	(222.965)
<b>Passivos financeiros mensurados pelo valor justo</b>				
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge Accounting</i>	-	-	(434.641)	(427.330)
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(161.952)	161.952	(188.385)	(188.945)
<b>Valor justo - instrumentos de hedge</b>				
Swaps de câmbio - saldo ativo	5.386	5.386	227.711	227.711

#### b) *Hierarquia do valor justo*

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, sendo o valor contábil considerado como uma aproximação razoável do valor justo. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

#### b) *Hierarquia do valor justo--Continuação*

Descrição	30/09/2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Financiamentos e empréstimos	-	(552.280)	-
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge Accounting</i>	-	-	-
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	-	(161.952)	-
Debêntures	-	(137.465)	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo <i>swaps</i>	-	5.386	-

  

Descrição	31/12/2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Financiamentos e empréstimos	-	(354.929)	-
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge Accounting</i>	-	(427.330)	-
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	-	(188.945)	-
Debêntures	-	(222.965)	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo <i>swaps</i>	-	227.711	-

Não houve transferências entre os níveis para os exercícios apresentados.

#### c) *Mensuração do valor justo*

##### Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

##### Financiamentos e empréstimos e debêntures - outros passivos financeiros

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2016 e 2026, apurados na data de apresentação das informações trimestrais.

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

#### c) *Mensuração do valor justo--Continuação*

##### Financiamentos e empréstimos designados para Hedge Accounting

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos relacionados ao risco objeto de *hedge*, ou seja, aos *swaps* contratados pela Companhia que satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread* o qual reflete a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

##### Financiamentos e empréstimos designados a Fair Value

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial a valor justo que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread*, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

##### Instrumentos financeiros derivativos - Swaps

Essa categoria inclui os *swaps*, contratados pela Companhia que satisfazem ou não os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se das taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração.

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

#### d) *Instrumentos financeiros derivativos - Swaps*

As operações com *swap* estão impactando o grupo de “Financiamentos e empréstimos” (vide nota explicativa nº 14) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide nota explicativa nº 25).

Com o objetivo de proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de *swap* para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

A Companhia recebe juros variáveis entre 1,76% a 5,95% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga entre 1,00% a 2,60% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício, nas contas de “Receitas e despesas com operações de *swap*”.

Para o período findo em 30 de setembro de 2016 (perda de R\$188.332) e em 30 de setembro de 2015 (ganho de R\$206.744). Em 31 de dezembro de 2015 (ganho de R\$205.813).

Fluxo	Valor principal (R\$ mil)		Índice	Taxa a.a.
	30/09/2016	31/12/2015		
Swap CDI vs. taxa flutuante em US\$				
Ativo	49.203	934.513	US\$ +	1,76% a 5,95%
Passivo	43.817	706.801	CDI +	0,93% a 2,60%
Valor justo do swap	5.386	227.712		

## 26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco--Continuação

### Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos—Continuação

#### e) *Instrumentos financeiros derivativos – Hedge Accounting*

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 1º de julho de 2015, e os vencimentos dos *swaps* relacionados ocorrerão entre 2016 e 2018. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 12 (doze) contratos de empréstimos e financiamentos na modalidade 4131 vinculados aos seus respectivos *swaps*. Na avaliação da efetividade dos *hedges*, a Administração concluiu que cinco contratos continuavam a ser considerados como efetivos, portanto, mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os três novos empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131 captados no último trimestre de 2015, a Companhia decidiu classificar a própria dívida pelo valor justo (*Fair Value Option*) também mensuradas a valor justo por meio do resultado.

Em 30 de junho de 2016, os contatos remanescentes vinculados à contabilidade de *hedge* foram considerados como inefetivos remanescendo com esse status no período findo em 30 de setembro de 2016.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos financiamentos e empréstimos atrelados a instrumento de *Hedge* considerados como efetivos.

Descrição	30/09/2016			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(160.237)	(160.237)	(12.632)	5.321
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge accounting</i> - contratos efetivos	-	-	(5.464)	3.842
Descrição	31/12/2015			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(188.385)	(188.945)	(961)	401
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge accounting</i> - contratos efetivos	(434.641)	(427.330)	-	7.311
Instrumento de hedge – swaps	227.712	227.712	(28.330)	120.353

\* \* \*

Mario Henrique Alves de Queirós  
Diretor-presidente

Josué Ubiranilson Alves  
Diretor Vice-presidente

Carlos Henrique Alves de Queirós  
Diretor de Expansão e Novos negócios

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues  
Diretora Comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior  
Diretor de Operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes  
Diretor de Sistemas e Logística

Luiz Renato Novais  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcos Ezequias Cavalcante Costa  
Contador CRC CE 8408